



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 2.333, DE 2024

Institui o Programa Nacional de Reabilitação Tecnológica Avançada.

Autor: Deputado CORONEL
CHRISÓSTOMO

Relator: Deputado DR. ZACHARIAS CALIL

I - RELATÓRIO

Tramita nesta Comissão, em regime de apreciação conclusiva, o Projeto de Lei nº 2.333, de 2024, de autoria do Deputado Coronel Chrisóstomo, que institui o Programa Nacional de Reabilitação Tecnológica Avançada, com a finalidade de integrar inovações tecnológicas ao tratamento de pacientes com deficiências físicas e neurológicas.

A proposição prevê a criação de unidades de reabilitação tecnológica em hospitais públicos e centros especializados, a capacitação de profissionais de saúde, a promoção de pesquisas em áreas como robótica, inteligência artificial, realidade virtual e neurotecnologia, além do fornecimento gratuito ou subsidiado de tecnologias de reabilitação a pacientes do Sistema Único de Saúde.

O projeto foi distribuído inicialmente à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, colegiado no qual foi aprovado sem alterações. Posteriormente, foi encaminhado a esta Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, onde, transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

A proposição será ainda apreciada pelas Comissões de Saúde; Finanças e Tributação, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O regime de tramitação é ordinário.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Reconhecemos o mérito do Projeto de Lei nº 2.333, de 2024, que busca ampliar o acesso a tecnologias avançadas de reabilitação. O investimento nessas tecnologias também se reflete na promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação recentemente reinstalou¹ o Comitê de Tecnologia Assistiva e anunciou investimentos para estruturação do Sistema Nacional de Laboratórios de Tecnologia Assistiva, de forma a promover a produção de conhecimento científico e de inovação.

Além disso, a tecnologia de reabilitação insere-se no Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS)², de modo que o conhecimento e a produção de bens e serviços, como próteses, órteses e equipamentos eletrônicos, são diretamente impulsionados pela demanda do setor de saúde, resultando em um ciclo virtuoso de inovação, impulsionando o avanço da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico no país.

Entretanto, a forma como a proposição está estruturada, ao criar programa e estrutura no Poder Executivo, e sem apresentar estimativa de impacto financeiro, incorre em inconstitucionalidade por vício de iniciativa e incompatibilidade orçamentária.

¹ MCTI. MCTI reinstala Comitê de Tecnologia Assistiva e anuncia R\$ 46 milhões em investimentos. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2023/08/mcti-reinstala-comite-de-tecnologia-assistiva-e-anuncia-r-46-milhoes-em-investimentos>. Acesso em: 26 set. 2025.

² Ministério da Saúde. Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS (DECEIIS). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/deceiis>. Acesso em: 26 set. 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

Nesse contexto, buscando corrigir aspectos formais e aprimorar o conteúdo normativo, optamos por oferecer um Substitutivo no qual incluímos as diretrizes de reabilitação avançada previstas no projeto no próprio Estatuto da Pessoa com Deficiência — Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 —, na parte que trata da reabilitação.

Após a publicação do nosso parecer com Substitutivo, recebemos contribuições de aprimoramento adicionais, motivo pelo qual optamos por alterar o texto anteriormente proposto. A nova redação altera o inciso III do artigo 16 do mesmo Estatuto, a fim de conferir maior densidade normativa a esse dispositivo.

A nova redação proposta reforça a garantia de uso de recursos, instrumentos e tecnologias modernas, avançadas e inovadoras, sem enumerá-las. Essa opção preserva a atualidade da norma, evitando que se torne obsoleta com o passar do tempo, à medida que determinadas soluções tecnológicas sejam superadas ou substituídas por outras mais eficazes.

Além disso, a modificação no inciso III do artigo 16 amplia o alcance da norma, de modo a assegurar que o acesso a recursos tecnológicos não se restrinja a deficiências físicas ou neurológicas, mas contemple todas as pessoas com deficiência, em conformidade com o caput do artigo.

Assim, a medida mantém a coerência sistemática do Estatuto, integra-se à política pública vigente e observa os princípios da boa técnica legislativa, evitando dispersão normativa e duplicidade de dispositivos.

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.333, de 2024, na forma do Substitutivo.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DR. ZACHARIAS CALIL

Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Dr. Zacharias Calil

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.333, DE 2024

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Estatuto da Pessoa com Deficiência, para estabelecer a adoção de tecnologias atualizadas no processo de reabilitação de pessoas com deficiências físicas ou neurológicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso III do art. 16 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16.....
.....

III - tecnologia assistiva e de reabilitação, com o apoio técnico profissional necessário, abrangendo materiais, dispositivos, equipamentos, softwares e demais recursos avançados e inovadores, inclusive de base robótica, digital ou neurotecnológica, destinados à recuperação, compensação ou aprimoramento de funções motoras, cognitivas ou sensoriais, conforme as especificidades de cada pessoa com deficiência;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DR. ZACHARIAS CALIL

Relator

